

PÁG 2 Fórum do Gás apresenta propostas ao Comitê de Abertura do Mercado

PÁG 5 Conta Covid é regulamentada e reequilíbrio econômico fica para 2ª fase

PÁG 7 Seção especial: lives do setor elétrico

PÁG 10 Abraceel Explica: PL do Gás 6407/2013

PÁG 11 Curtas

PÁG 14 Próxima semana



Fórum do Gás apresenta propostas ao Comitê de Abertura do Mercado

Matéria em 1 minuto:

- Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural pretende abrir, nos próximos dois meses, consulta pública para discutir a proposta do Manual de Boas Práticas Regulatórias;
- ANP informou que a chamada pública da TBG (Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil) deve ocorrer nos próximos meses;
- Agência também pretende abrir a chamada pública da NTS (Nova Transportadora Sudeste) ainda este ano.



Tempo de leitura:
5 minutos

Em **22.06**, os coordenadores do Fórum do Gás se reuniram com o Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural (CMGN) para discutir questões essenciais para ampliar a concorrência no setor.

Na pauta, o PL do Gás (PL 6407 de 2013), a proposta de diretrizes federais para harmonização da regulação estadual, o problema da garantia de suprimento e o cronograma de chamadas públicas de contratação de capacidade de transporte.

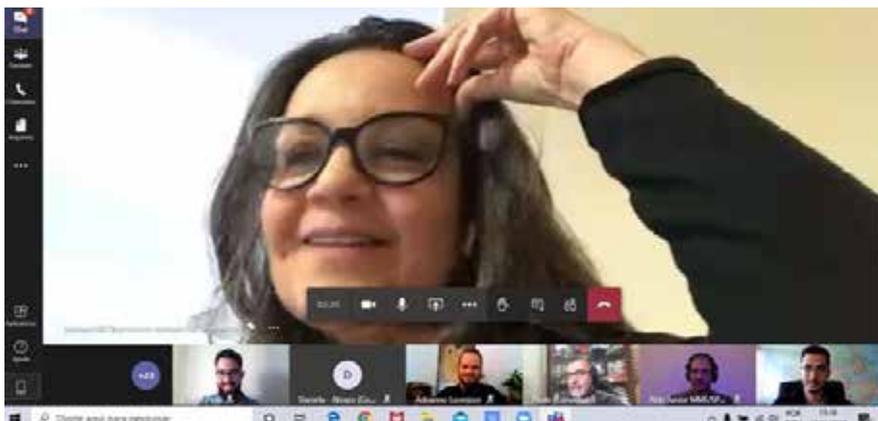
A reunião contou com representantes do MME, Casa Civil, ANP, EPE, CADE e BNDES. A Abraceel foi representada por Bernardo Sicsú, coordenador-adjunto do Fórum.

PL do Gás

Os coordenadores reforçaram a importância de aprovação do PL 6407/2013, destacando que há convergência e uma curta janela de oportunidade para aprovação na Câmara nas próximas semanas.

Ressaltaram, entretanto, que é preciso grande esforço conjunto de todos os interessados, incluindo o governo federal, para que o deputado Rodrigo Maia aprove o requerimento de urgência para votação no plenário.

Nesse sentido, o MME ressaltou que publicou nota oficial em seu site ratificando que o PL está em linha com o “Novo Mercado de Gás” e que trabalha para sua aprovação nos termos do substitutivo aprovado na Comissão de Minas e Energia.



Diretrizes para regulação estadual

A coordenação do Fórum também apresentou o documento “Diretrizes Federais para Harmonização da Regulação Estadual do Mercado de Gás”, assinado por 12 associações, que pretende contribuir para elaboração do Manual de Boas Práticas Regulatórias a ser publicado pelo CMGN/ANP.



Além de questões como a governança das agências reguladoras, transparência das informações e regulação tarifária, o documento aborda outros pontos essenciais sobre a comercialização e a abertura do mercado de gás, tais como:

- segregação das atividades de comercialização e distribuição das concessionárias;
- caráter federal da atividade de comercialização, a ser regulada, portanto, pela ANP;
- necessidade de cronograma para redução dos limites de migração; e
- inclusão da figura do consumidor parcialmente livre.

Os integrantes do CMGN elogiaram a ação propositiva do Fórum e destacaram que as sugestões apresentadas estão alinhadas com o que vem sendo discutido dentro do Comitê.

Nessa linha, reforçaram que pretendem abrir nos próximos dois meses consulta pública para discutir a proposta do Manual de Boas Práticas Regulatórias. A consulta deverá ocorrer de maneira simultânea na ANP e MME.

Garantia de suprimento

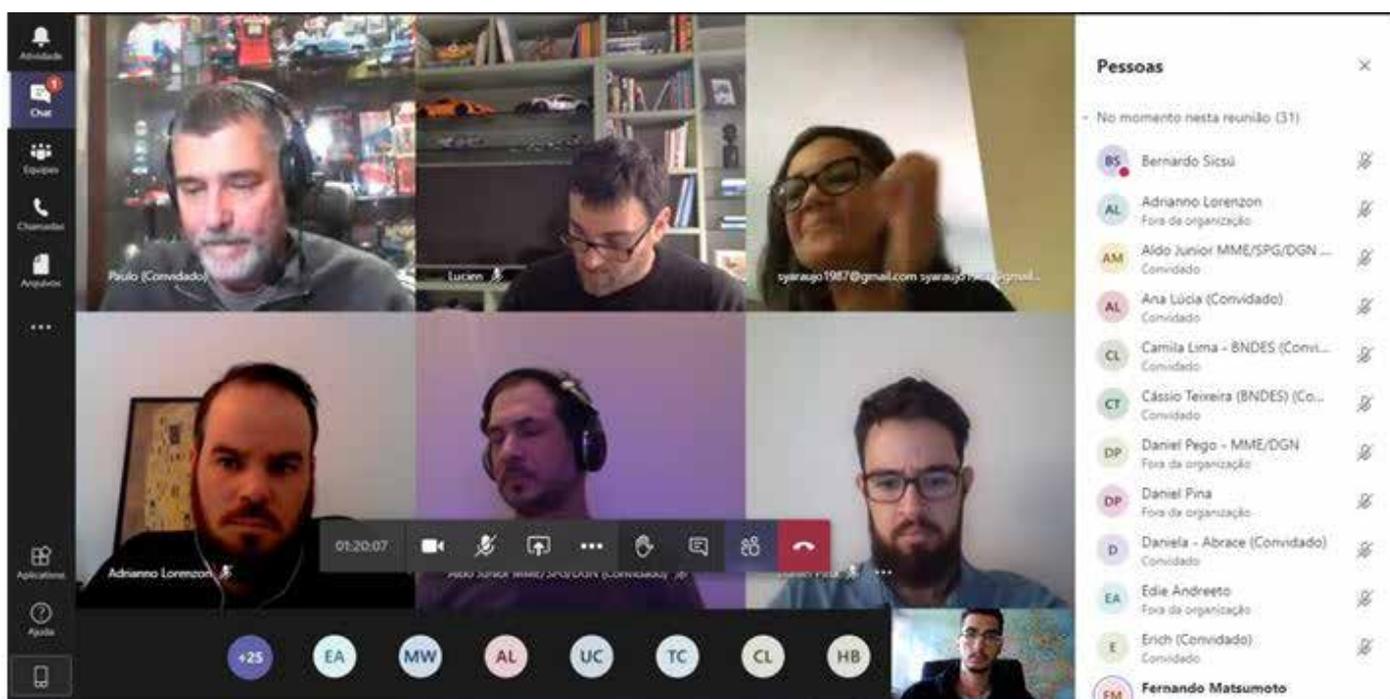
Em seguida, os coordenadores alertaram que a abertura do mercado esbarra na falta de flexibilidade e risco da falta de gás, sendo ponto central a questão da garantia de suprimento.

Já existem ofertantes e demandantes, mas produtores, por exemplo, têm variabilidade na produção e poderiam não entregar o gás firme contratado em momento de paradas

programadas. No limite, consumidores seriam penalizados e poderiam ser cortados.

Os membros do CMGN destacaram que estão discutindo a questão e que avaliam o que pode ser feito em linha com o previsto na Resolução CNPE 16/2019, que determina que “o agente dominante deve oferecer serviços de flexibilidade e balanceamento de rede para garantir a segurança do abastecimento”.

A coordenação do Fórum alertou que a transição para um mercado líquido e competitivo passa por essa questão, e que o tema já está sendo discutido em âmbito estadual.



Chamadas públicas

Por fim, os coordenadores do Fórum destacaram que a previsibilidade das chamadas públicas para contratação de capacidade de transporte é fundamental para a abertura do mercado.

A ANP informou que a chamada pública da TBG deve ocorrer nos próximos meses e que pretende abrir ainda este ano a chamada pública da NTS, ressaltando que os trabalhos sofreram atrasos em razão da pandemia.

A apresentação feita pelo Fórum do Gás, bem como a proposta de diretrizes federais para regulação estadual, estão disponíveis no site da Abraceel.



Conta Covid é regulamentada e reequilíbrio econômico fica para 2ª fase

Matéria em 1 minuto:

- Diretor Efrain sugeriu apartar as discussões da Conta Covid da discussão de reequilíbrio econômico;
- Diretora Elisa sugeriu que a abertura da 2ª fase da consulta ocorra em até 60 dias e que seja aberta outra consulta sobre ressarcimento dos custos acessórios;
- não foi acatada a antecipação da parcela B das distribuidoras designadas.



Tempo de leitura:
3 minutos

No dia **23.06**, a Aneel voltou a deliberar sobre a regulamentação do Decreto 10.350/2020, que trata da Conta Covid. Em seu voto-vista, o diretor Efrain Cruz solicitou avaliação técnica das superintendências afetas ao tema - SRM, SFF e SGT - e também fez questionamentos de legalidade à Procuradoria Federal, no que diz respeito a dois pontos principais: (i) reconhecimento dos ativos contábeis para reequilíbrio econômico das distribuidoras, e (ii) antecipação da parcela B para aliviar reajustes tarifários das distribuidoras designadas.

Segundo as áreas técnicas, a Agência não poderia emitir autorização para contabilização de uma pretensão de reajuste tarifário extraordinário, considerando que ainda não há decisão que garanta o reequilíbrio. Além disso, consideraram que os parâmetros da Conta Covid não são adequados para avaliar a necessidade de reequilíbrio econômico. Nesse sentido, o diretor Efrain explanou que a autorização para registro contábil poderia ser confundida com o reconhecimento do direito de RTE, sendo que o rito do contrato de concessão explícita que deve haver pedido e posterior consulta pública. Por isso, sugeriu apartar as discussões da Conta Covid da discussão de reequilíbrio econômico.

A diretora Elisa concordou com a sugestão de retirada dos parágrafos que tratavam do tema (art. 15), entendendo que aumentaria a percepção de riscos do empréstimo, mas não haveria problemas quanto a sua legalidade. Elisa também sugeriu que a abertura da 2ª fase da consulta ocorra em até 60 dias e que seja aberta outra consulta sobre ressarcimento dos custos acessórios. Além disso, informou que o limite do empréstimo foi reduzido em R\$ 100 milhões devido à retificação de dados da Cemig, totalizando R\$ 16,1 bilhões. Foi também acatada sugestão da SGT, para que as distribuidoras com reajustes tarifários com data para ocorrer entre a da publicação da norma e a de assinatura do empréstimo possam já considerar os efeitos do empréstimo para usufruir do amortecimento tarifário.

Sobre a antecipação da parcela B das distribuidoras privatizadas no leilão 2/2018-PPI/PND, o diretor Efrain argumentou que o tema foi levado à consulta pública e que todas



as contribuições foram favoráveis. Ressaltou que a intenção do formulador de política pública é aliviar os impactos tarifários em 2020 e nessas distribuidoras o aumento, que seria em média de 17,2%, poderia ser atenuado para 7,55% com a inclusão dos recursos da Conta Covid. A diretora Elisa, porém, manteve em seu voto a não manutenção desse item no empréstimo, o que restou como único ponto de divergência entre os diretores.

O Diretor-Geral, André Pepitone, informou que o MME está preparando uma solução estrutural para esses casos e se manifestou, em ofício, que o tema é política pública e por isso não caberia ao regulador executá-la. Reforçou que não poderia resolver via Conta Covid problemas que transcendem os efeitos da pandemia. Em votação, todos os diretores acompanharam a relatora, inclusive o diretor Efrain, que descartou seu voto-vista, para dar maior robustez à decisão do colegiado.



SEÇÃO ESPECIAL - LIVES DO SETOR ELÉTRICO

Live ENASE TALKS: Episódio 1 – Regulação

Participantes: Rodrigo Limp, secretário de energia elétrica do MME e André Pepitone, diretor geral da Aneel.

Moderador: Rodrigo Ferreira

Os participantes enfatizaram a integração existente entre os órgãos do governo e a rapidez com que atuaram para mitigar os efeitos da pandemia, entre elas, a Conta Covid. Pepitone reforçou que a conta é um amortecedor tarifário para o consumidor e que não foi feita somente para atender às distribuidoras, mas o setor elétrico como um todo, sendo seu objetivo final, a preservação do setor. Apresentaram dados de R\$ 2,4 bi de perda acumulada até 5 de julho por conta da queda de demanda e aumento da inadimplência do setor, e acreditam que esse número pode chegar em dezembro a R\$ 8 bi.

Sobre as perspectivas do setor no pós-pandemia, os participantes defenderam a abertura do mercado livre como principal ponto da modernização do setor elétrico e essencial para o seu aprimoramento. Relataram que o governo tem dado passos largos para maior liberalização do mercado, como a Portaria 465/ 2019 do MME, que reduziu os limites para ingresso no ACL. Falaram também da importância da aprovação do PL 1917/2015 e PLS 232/2016, que tratam sobre o tema no Congresso, como fundamentais para a modernização e defenderam a formação de preços mais eficiente e a redução dos subsídios do setor, que precisam ter data para início e término.

O GSF, e a necessidade de sua solução, foi outro ponto bastante discutido na live. Os participantes abordaram as três soluções possíveis para resolução do impasse: projeto de lei no Congresso, judicialização e edição de medida provisória pelo Executivo. Ambos concordaram que a solução proposta pelo Legislativo é a melhor, por ser mais abrangente e com maior receptividade por todos os agentes. Relataram que estão otimistas com a aprovação do GSF no Congresso em curto prazo, dado que a falta de liquidez no mercado afeta ainda mais os efeitos causados pela pandemia. Pepitone finalizou informando que assim que o projeto for aprovado, a Aneel estará pronta para regulamentação do tema.

Webinar FGV: O desenho do Novo Mercado de Gás e a Termoeletricidade

Participantes: Alexandre Zucarato – Diretor de Planejamento do ONS

Symone Araújo – Diretora do Depto. de Gás Natural do MME

Marcelo Alfradique – Superintendente Adjunto de Gás Natural da EPE

Gustavo Labanca – CEO da TAG



No webinar promovido pela FGV, os participantes discutiram a importância dos avanços do programa “Novo Mercado de Gás” no pós-pandemia, sendo essa uma das principais medidas para a retomada econômica do país.

Sobre o PL 6.407/2013, os participantes alegaram a necessidade da rápida aprovação, uma vez que estabelece mecanismos legislativos para a viabilização desse mercado, trazendo segurança jurídica, favorecendo a expansão dos investimentos em infraestrutura e o aumento da competição no setor de gás natural, em linha com as premissas do programa “Novo Mercado de Gás”.

Além da aprovação do PL, outros pontos importantes para a viabilização do novo mercado de gás foram destacados pelos participantes, como a harmonização das regulações estaduais; a integração entre os setores de energia elétrica e gás natural; e o aumento da competitividade no mercado de gás, permitido pela redução do papel dos agentes monopolistas, que terá como resultado a diminuição do preço do gás, alcançando valores próximos aos encontrados em outros países.

WEBINAR FGV: Conta Covid: medida para socorrer o setor elétrico

Participantes: André Pepitone – Diretor-Geral da Aneel
Elisa Bastos – Diretora da Aneel
Rui Altieri – Presidente do Conselho da CCEE
Gustavo Montezano – Presidente do BNDES
Rose Santos – Conselheira da CCEE

André Pepitone e Elisa Bastos disseram entender que a regulamentação da Conta Covid aprovada no dia **23.06**, na 22ª Reunião Pública Ordinária da Aneel, atende à necessidade do setor, e que o próximo passo é a operacionalização do empréstimo, que será realizado pela CCEE. Para isso, a Câmara apresentou como será operacionalizado mensalmente, até dezembro de 2020, o repasse às distribuidoras que requererem o empréstimo, conforme o seguinte cronograma.





Gustavo Montezano, Presidente do BNDES, informou que pretende divulgar, no dia **01.07**, as condições do empréstimo da Conta Covid, e que o BNDES participará como um dos financiadores da conta, nas mesmas condições que os demais bancos, e há indicativo que a oferta de crédito deverá superar o montante definido pela Aneel de R\$ 16,1 bilhões.

Por fim, o Presidente do BNDES destacou a grandiosidade dessa operação, uma vez que o montante definido pela Aneel representa metade de todos os empréstimos realizados pelo BNDES para grandes empresas em 2019.

Webinar Megawhat: Descomplicando o MRE e entendendo seu futuro

Participantes: Luiz Barroso, Presidente da PSR Consultoria e Ana Carla Petti, Presidente da MegaWhat

Street iniciou o Workshop destacando a urgente motivação para a implementação do preço horário, já que os custos de oportunidade do setor não estão sendo refletidos em um preço semanal. Para Barroso, a eficiência do despacho depende da representação da operação nos modelos, que está sendo mais detalhado pelo modelo Dessem, por outro lado, há um aumento da complexibilidade para o operador. Barroso destacou o artigo publicado por Bernardo Sicsú e Yasmin Oliveira no Canal Energia, pontuando que os problemas específicos abordados no artigo foram também problemas vivenciados em outros países.

Foi feita uma pergunta aos participantes se consideravam que o preço horário poderia ser postergado novamente, e para 66%% dos participantes o PLD horário deve entrar em 2021. Para Zucarato, não há razão para ser postergado novamente e Loureiro também acredita que o preço vai entrar e as questões em aberto serão resolvidas. Foi discutido como a transmissão do sinal econômico do preço horário chegaria para o consumidor no varejo, e os debatedores consideram que isso deve passar por uma abertura do mercado livre e criação de produtos financeiros.

Discutindo sobre a volatilidade, Zucarato entende que a volatilidade intrínseca dos modelos precisa ser valorizada, já que um ambiente de negócios que não tem esse movimento não tem espaço para troca de percepção de riscos. Já Loureiro mencionou a volatilidade como uma externalidade, relacionada à governança dos dados, como por exemplo, as interferências no processo de previsão de carga que são indesejadas para o mercado. Zucarato entende é preciso entregar para a sala de operação a melhor informação disponível, que atualmente vem do conhecimento tácito dos especialistas. Também considera que há outras frentes para trabalhar a maior reprodutibilidade dos dados, mencionando o contrato de performance do ONS com a Aneel, que mensura a assertividade das previsões.

Abraceel Explica

PL DO GÁS: 6.407/2013

07.10.2013
Projeto chega na CME

05.11.2019
Designado relator na CDEICS

20.11.2019
Apresentado 2º requerimento de urgência

23.10.2019
Aprovado parecer na CME

05.11.2019
Apresentado 1º requerimento de urgência

Se aprovado o requerimento de urgência, o projeto pode ser deliberado diretamente em Plenário, sem necessidade de passar em cada uma das comissões designadas, acelerando o processo:

TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA



COM REQUERIMENTO DE URGÊNCIA

QUAIS OS PRINCIPAIS PONTOS DO PL DO GÁS?

- acesso às infraestruturas essenciais (gasodutos de escoamento, unidades de tratamento e processamento e terminais de GNL);
- simplificação do modelo de outorga para o transporte e estocagem de gás;
- independência do transporte;
- programa de desconcentração do mercado (“gas release”); e
- limitação ao self-dealing.

E QUAIS OS BENEFÍCIOS DESSAS MEDIDAS?

cria oportunidades a novos fornecedores, diversificando e ampliando a oferta de gás, além de simplificar processos e permitir uma melhor utilização da infraestrutura com base em critérios não-discriminatórios e transparentes



cria um mercado de gás aberto, dinâmico e competitivo, que contribuirá para a retomada do crescimento econômico e a geração de mais emprego e renda para o país.



CURTAS

Estudo: abertura total do mercado elétrico brasileiro

Após receber propostas de seis diferentes consultoras para a realização do estudo sobre a abertura total do mercado de energia elétrica brasileiro, a Abraceel decidiu pela contratação da Thymos Energia, que apresentou a melhor proposta técnica/comercial. Com isso, no dia **25.06**, a Diretoria Executiva da Abraceel realizou conversa inicial de alinhamento com os representantes da empresa, para acertar as diretrizes do trabalho a ser desenvolvido. O objetivo do estudo é detalhar diversos temas necessários à abertura de mercado para consumidores com demanda inferior a 500 kW, conforme a Portaria 465/2019, com ênfase naqueles que não estão sendo tratados no PLS 232 e no GT Modernização, e buscará resposta objetivas para as seguintes questões:

• Medição-

Critérios mínimos necessários e custos associados

• Faturamento

Fatura única VS. duas faturas (fornecimento e transporte)

• Supridor de Última Instância

Agente por área de concessão VS. agente único Brasil

Distribuidora VS. novo concessionário de serviço público regulado

• Distribuidoras

Separação fio e energia

Compra de energia centralizada VS. descentralizada

Comercialização regulada VS. desregulada

Tratamento das perdas, contratos legados e consumidores de baixa renda

• Comercializador varejista

Aprimoramentos necessários

No dia **25.06**, foi realizada reunião entre a diretoria executiva da Abraceel e a Thymos para alinhamento inicial do estudo, que envolverá a participação dos associados ao longo do processo.



CP Aneel 38/2020 – Revisão da REN 878/2020

Encaminhamos ao Grupo Técnico da Abraceel, em **25.06**, a minuta de contribuição à Consulta Pública da Aneel 38/2020, que visa obter subsídios para as alterações na Resolução Normativa 878/2020, que trata da prestação dos serviços de distribuição de energia em decorrência dos efeitos da pandemia do COVID-19. Em discussão, a retomada dos prazos e a regularização dos serviços associados à migração.

As considerações dos associados podem ser encaminhadas por meio do e-mail: gt@abraceel.com.br, até o dia 29.06.

Resultado do MVE – junho

No dia **23.06**, a CCEE divulgou os resultados



da rodada do MVE de junho, que contemplou produtos com vigências de 3 e 6 meses, todos com contratos se iniciando em **01.07**. Destaca-se que o produto de 3 meses, apesar de ter recebido 55 ofertas de venda e 200 ofertas de compra, não teve nenhum montante negociado. Logo, nesse processamento foram negociados somente produtos com vigência de 6 meses, que totalizaram 39,7 MW médios transacionados, sendo 77% oriundos de energia especial, vendida a preço de PLD+Spread. Para mais informações, acesse o site da CCEE.



Cpamp discutirá governança em consulta pública

Está disponível, no site do MME, a ata de reunião da Cpamp realizada no dia **28.05**. Foi informado que estão sendo realizadas reuniões semanais do GT de Governança para reestruturar a Cpamp, o que envolveria a reedição da RES CNPE 07/2016, inclusive para permitir maior participação dos agentes nas discussões técnicas. Além disso, foi definido que deve ser elaborado plano para adoção do PrevCargaDessem. **O documento está disponível na área restrita do associado.**

Boletim de monitoramento do Covid-19

No dia **22.06**, o MME publicou a 10ª edição do Boletim de Monitoramento do Covid-19,

onde informa que a inadimplência acumulada no setor de energia desde 18.03 alcançou 8,12%, em média. O impacto estimado do Covid-19 no mesmo período foi de R\$ 8.595 milhões, sendo R\$ 3.404 milhões devido ao aumento da inadimplência. **Para mais informações, acesse a íntegra do documento disponível no site da Abraceel, na área restrita, seção “Documentos Gerais”.**



Nota MME: apoio a aprovação do PL do gás

No dia **19.06**, o MME publicou nota informando que está trabalhando para a aprovação do PL 6.407/2013 nos termos do Substitutivo aprovado na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. O Ministério destaca que o PL está em sintonia com o Programa “Novo Mercado de Gás”, e reflete o aperfeiçoamento legislativo que favorece a expansão dos investimentos em infraestrutura e o aumento da competição no setor de gás natural. **Confira a íntegra da nota no site do MME: <https://bit.ly/3dzB2Bb>.**





CP Aneel 37/2020 – Gestão contratual das Distribuidoras

Encaminhamos, em **25.06**, ao Grupo Técnico da Abraceel a minuta de contribuição à Consulta Pública da Aneel 37/2020, que possui o objetivo de aprimorar o cronograma de realização do MCSDEN e do MVE, bem como obter subsídios para o desenvolvimento de novo mecanismo para o diferimento total e/ou parcial das receitas fixas oriundas de CCEARs. **As considerações dos associados podem ser encaminhadas por meio do e-mail: gt@abraceel.com.br, até o dia 30.06.**



Brasília, 1º de julho de 2020.

Contribuição da Abraceel à Consulta Pública nº 37/2020

Gestão contratual das Distribuidoras

Resumo

- Apoiamos a criação de novos produtos no MVE e a realização do MCSDEN A-1 duas vezes ao ano;
- Deve ser antecipada a possibilidade de o agente realizar múltiplos lances no mesmo produto no MVE;
- Outros aperfeiçoamentos nas regras do MVE são necessários e devem ser aprovadas o quanto antes de modo a tornar o mecanismo mais atrativo, seguro e eficaz:

Pauta Aneel

Estão na pauta de reunião da diretoria da Aneel a prorrogação da vigência da Resolução Normativa 792/2017, referente ao Programa Piloto de Resposta à Demanda; a proposta de abertura de consulta pública com vistas a colher subsídios e informações adicionais para revogação de atos normativos, em atendimento ao Decreto 10.139/2019, que dispõe sobre a revisão e consolidação de atos normativos inferiores a decreto; e a revisão da Agenda Regulatória 2020/2021 da Aneel.



PRÓXIMA SEMANA

29.06 – segunda-feira: Grupo Técnico realiza call para discutir as atividades de aperfeiçoamento nos modelos para o ciclo de trabalho 2020/2021 do GT Metodologia da CPAMP, às 15h.

30.06 – terça-feira: Grupo Técnico realiza call para discutir a redução dos CCEARs de Energia Existente em razão da migração de consumidores, tema em discussão no Processo Aneel nº 48500.002483/2020, às 15h.

01.07 – quarta-feira: Diretoria Executiva se reúne com a conselheira Roseane Santos da CCEE, para discutir segurança de mercado, às 14h.